

Marxismo, Teoria Social e a Área Trabalho e Educação no Brasil

Cristiano Lima Ferraz* e José Jackson Reis dos Santos**

Resumo:

O artigo examina a relação entre marxismo e a Área de Trabalho e Educação no Brasil. Discute contradições teóricas e epistemológicas da Área com o materialismo histórico dialético. Para isto se baseia na tese da ruptura epistemológica na obra de Marx, na problemática teórica das múltiplas determinações na dialética marxista e nas reflexões sobre o problema teórico das determinações e sobredeterminações na análise marxista dos processos históricos.

Palavras-chave: Educação; Marxismo; Teoria Social; Trabalho.

Marxism, Social Theory and the Labor and Education Field in Brazil

Abstract:

This article examines the relationship between Marxism and the Field of Labor and Education in Brazil. It discusses the theoretical and epistemological contradictions of this field with dialectical historical materialism. It is rooted in the thesis of an epistemological rupture in the work of Marx, the theoretical problematic of the multiple determinations in Marxist dialectics, and reflections on the theoretical problem of the determinations and over-determinations in the Marxist analysis of historical processes.

Keywords: education; Marxism; Social Theory; Work.

Introdução

A tese da ruptura epistemológica na obra de Marx (Althusser, 1968; 1999; 2002) abriu um leque de implicações para a teoria social, sobretudo para o marxismo. Esta tese identifica em Marx uma nova problemática teórica em suas

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Titular do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista-BA, Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho Política e Sociedade (NETPS/CNPq/UESB). End. eletrônico: clf.ferraz@gmail.com

** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista-BA, Brasil. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (GEPEJAI/CNPq/UESB). End. eletrônico: jackson_uesb@yahoo.com.br

obras de maturidade e indica que determinadas tradições marxistas centradas em reflexões, categorias e conceitos que caracterizavam o pensamento do Jovem Marx ainda se encontram predominantemente no terreno do idealismo.

Uma das questões mais relevantes do debate sobre a ruptura epistemológica na obra de Marx é o problema teórico das múltiplas determinações da dialética marxista e sua relação com as determinações e sobredeterminações dos processos históricos. No entanto, este é um tema pouco desenvolvido na produção científica do campo marxista no Brasil. Esta lacuna, não raro, tem raízes no preconceito teórico contra o campo althusseriano, na negação do debate acerca da ruptura epistemológica na obra de Marx e no enfrentamento das consequências que estas questões apresentam para a teoria marxista e para a prática política. A reflexão sistemática sobre esta situação é, portanto, mais do que necessária. Foi para contribuir com esta tarefa que escolhemos a Área Trabalho e Educação, um importante campo de estudos e pesquisas no Brasil, que se formou integrado com temas da Sociologia do Trabalho e que, para o que nos interessa aqui, constituiu-se identificado com visões do marxismo que afirmam o Trabalho como categoria central no processo de constituição da chamada *natureza humana*. Esta formulação é característica dos Manuscritos Econômico Filosóficos, um importante texto de juventude de Marx. Não faremos aqui uma crítica a tese sobre a centralidade do trabalho na perspectiva sociológica. O nosso foco é o debate de aspectos epistemológicos da Teoria Marxista. Por fim, não é nosso objetivo aqui detalhar todo o conjunto de temas centrais relacionados à tese da ruptura epistemológica na obra de Marx e nas reflexões sobre o problema teórico das determinações e sobredeterminações e sua relação com o debate acerca da superação da dialética hegeliana por Marx, estabelecendo uma nova dialética. Este debate é conhecido. Os seus fundamentos aparecerão aqui na medida em que se relacionem com a contradição que coloca em cheque um dos pontos centrais que a Área Trabalho e Educação no Brasil identifica com o marxismo: a ideia do Trabalho como categoria central.

A área trabalho e educação no Brasil

A área trabalho e educação no Brasil surge identificada com o marxismo (Machado et al., 1992; Frigotto, 2001; Saviani, 2007) e, desde então, nos últimos trinta anos, contribui de forma importante para as pesquisas sobre o chamado mundo do trabalho. Ao longo do período, a Área fez vários balanços, determinados pelas mudanças que ocorriam na organização da produção capitalista e suas relações com o campo educacional, com a qualificação dos trabalhadores e com as formas assumidas pelo trabalho na sociedade capitalista. No campo teórico, estes balanços se ocuparam mais sobre categorias consagradas na Área do que

aos fundamentos teórico-epistemológicos presentes na constituição do próprio campo e sua relação com o marxismo. Assim, permaneceu no campo Trabalho e Educação uma reflexão ainda insuficiente sobre a presença em seu seio de dois elementos que entram em contradição com a problemática teórica do materialismo histórico dialético: o humanismo teórico presente na tese do Trabalho como elemento central de constituição da *natureza humana* e o economicismo/idealismo, que leva à definição arbitrária do trabalho como determinação central no processo de produção social, que na verdade possui múltiplas determinações que não somente o trabalho. O humanismo teórico e o economicismo/idealismo foram superados por Marx em suas obras de maturidade, evidenciando a já referida ruptura epistemológica em sua problemática teórica. O debate sobre o marxismo, humanismo teórico, economicismo/idealismo e a tese da ruptura epistemológica na obra de Marx estão interligados. Mas, procuraremos nos concentrar em um dos aspectos deste problema teórico geral: as múltiplas determinações na dialética marxista e sua incompatibilidade com o humanismo teórico e com economicismo/idealismo presente na área trabalho e educação no país.

A contradição supracitada não é exclusiva da área trabalho e educação no Brasil. Localiza-se, em nível mais geral, na tradição marxista que afirma o Trabalho como categoria central e que herda o economicismo/idealismo presente no marxismo da II e III Internacionais. Uma das dificuldades centrais enfrentadas por algumas correntes do marxismo para se desvencilhar do economicismo/idealismo decorre também do limite imposto pelas aporias colocadas pelo humanismo teórico em determinadas interpretações da obra de Marx e da ideia de totalidade e de dialética que se atribuí à sua teoria, mas cuja origem é hegeliana. Tanto o humanismo teórico, quanto a ideia de totalidade e de dialética constituída a partir do movimento de dois pólos contraditórios, predominavam no pensamento do Jovem Marx. Isto não ocorre no Marx da maturidade.

O economicismo/idealismo marxista e o trabalho como categoria central

O que aproxima determinadas correntes marxistas do economicismo/idealismo é a concepção de dialética baseada na ideia de contradição entre dois pólos, que resulta na construção de uma totalidade simples, cuja origem está em Hegel. Se em Hegel, a totalidade simples se traduz na *Dialética do senhor e do escravo*, no marxismo economicista aquele princípio epistemológico aparece na tese da determinação da dinâmica histórica apenas pela contradição entre capital e trabalho, proprietários e não proprietários ou entre forças produtivas e relações de produção. As múltiplas determinações perdem espaço para a economia como determinante em última instância e não somente em última instância (Althusser,

1979: 75-113), impondo-se como necessidade, como Engels enuncia de forma clara (Marx & Engels, 1986b: 284-285). Esta limitação se reproduz na tese do trabalho como categoria como categoria central.

O Trabalho começa a constituir-se em uma problemática muito importante no pensamento de Marx em suas reflexões iniciais sobre Hegel. Para Marx (Marx & Engels, 1986), umas das positividades no pensamento de Hegel seria a noção do movimento e do trabalho humano como potência. A grandeza de Hegel é destacada por Marx pelo fato de que a sua Fenomenologia e sua dialética da negatividade na qualidade de princípio motor e gerador consistem em um trabalho de *autogeração* processual do indivíduo social, a objetivação como *desobjetivação*, a intenção de superar a aparência mesmo que partindo da alienação. Enfim, mesmo mistificado, a superação do indivíduo em direção ao Absoluto se realiza como atividade humana, no qual o homem é efetivo como resultado de *seu próprio trabalho*. Essa atividade humana de superação para consigo mesmo somente é possível porque ele exterioriza “todas as suas *forças genéricas* – o que por sua vez só se torna possível em virtude da ação conjunta das pessoas enquanto resultado da história – e se comporta frente a elas como objetos, o que, por sua vez, só é de início possível na forma da alienação”, (Marx & Engels, 1986: 43). Marx resignificaria a noção hegeliana de trabalho, superando o seu conteúdo idealista, como se pode observar no Cap. XIII, do Livro I, Volume I de O Capital (Marx, 1984). O fato é que o Trabalho assume centralidade para o jovem Marx na medida em que o concebe como imanente ao próprio processo de constituição do ser humano como ser genérico.

Segundo Balibar esta ideia inicial de Marx seria uma vertente presente no idealismo de Hegel, a filosofia da subjetividade, em que se reconhece uma atividade mais real e efetiva “pela qual Hegel descreve o modo de ser da consciência como uma *experiência* ativa, e a função do conceito como *trabalho* (o “trabalho negativo”)” (Balibar, 1995: 36.). Outro aspecto importante acerca do Trabalho como categoria central é que isto aparece no pensamento do Jovem Marx a partir da sua ligação com a problemática do Humanismo Teórico ao preconizar o processo de produção do homem como atividade autoprocessual ligado à sua essência como ser genérico. Esta característica de idealismo hegeliano e Humanismo Teórico permanece nas correntes marxistas que alegam o Trabalho como categoria central.

A problemática marxista das múltiplas determinações

Os binários de categorias como forças produtivas e relações de produção, capital e trabalho, base e infraestrutura, burgueses e proletários geralmente aparecem ligadas quando os marxistas tratam das contradições que determinam

os processos históricos. No entanto, a afirmação da existência de uma única contradição, de dois pólos, elimina a possibilidade de se incorporar outras que determinam ou sobredeterminam (Tsé-Tung, 1999; Althusser, 1979: 75-113) os processos históricos.

O Trabalho e ou a produção social da existência material sofrem condicionantes de múltiplas determinações, que só podem ser incorporadas na análise com a ruptura da estrutura dialética baseada em contradição simples, herança de Hegel no jovem Marx. Em sua maturidade, Marx passaria a trabalhar com uma totalidade social composta por múltiplas determinações, sobredeterminações e contradições, que não se explicaria somente pela polaridade entre forças produtivas/relações de produção, base infraestrutural e superestrutura, capital/trabalho, economia/política e ideologia. Em uma realidade *materialmente determinada por múltiplas determinações e sobredeterminações* seria arbitrário atribuir, à priori, a centralidade de uma categoria no processo de produção social da existência humana e ou no processo de produção do próprio homem como ser genérico. Isto contradiz a ideia de homem como ser determinado biológica, histórica e socialmente e da produção social da existência como um *processo histórico materialmente determinado por múltiplas contradições/determinações e sobredeterminações*.

Em Marx e Engels, a problemática das múltiplas determinações aparece de forma decisiva nas obras suas obras da maturidade. Assim, embora se possa privilegiar na análise um dos aspectos (econômicos, políticos, culturais etc.), nenhum deles pode estar dissociado dos outros elementos determinantes do chamado processo da vida social, pois, se encontram no próprio processo de produção da vida material, ou seja, no próprio de produção do *ser humano como ser histórico*.

Este processo histórico multiplamente determinado não se explica somente pelas contradições entre forças produtivas e relações de produção ou pelo trabalho entendido como mediação central para compreensão do referido processo histórico. Isto porque o Trabalho como objetivação é o resultado de processos que não se apresentam imediatamente aos sentidos (portanto, desprovido de concreticidade no materialismo sensualista e idealista de Feuerbach) e que também podem atuar como determinação do processo histórico ou do processo de mediação do homem com a natureza no processo de produção de si mesmo (como argumenta o jovem Marx em sua reflexão sobre o trabalho nos *Manuscritos Econômico Filosóficos de 1844*), ou seja *como categorias centrais ou chaves heurísticas de processos históricos multiplamente determinados e não de todos os processos históricos, como se pudessem ser categorias trans-históricas*.

Em 1890, Engels já alertava sobre isto ao se referir às distorções promovidas pelo economicismo:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. **Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda.** A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe dominante redige, etc, as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas no cérebro dos que nela participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma** como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau (Marx; Engels 1986b: 285. **Grifo nosso**).

É indiscutível que em todas as sociedades humanas o trabalho esteve presente no processo de produção da existência material, mas também esteve presente, por exemplo, a política e a cultura como categorias também determinantes e ou sobredeterminantes do trabalho. Até porque o trabalho como mediação do homem com a natureza no processo de produção material é também mediado decisivamente pela política e pela cultura para citar apenas duas categorias, a não ser que, supondo agora uma situação limite neste raciocínio de uma categoria central ligada a essência do ser, os seres humanos fossem convertidos numa única entidade que vivesse isolada e não necessitasse mais da mediação da política, por não necessitar mais estabelecer relações sociais para viver. Além disso, a ideia de que a política e a cultura só assumem o estatuto de materialidade caso estejam condensadas em objetos ou coisas, herda o materialismo idealista e sensualista de Feurbach, onde o que é material é somente aquilo o que se apresenta aos sentidos.

A esclarecedora advertência de Engels sobre a relação necessidade e econômico, como impositiva da existência material, da manutenção imediata da existência física, imanente ao chamado reino da necessidade, reafirma o viés antieconomicista da teoria marxista ao precisar que, “embora as condições materiais de vida sejam a causa primeira, isto não impede que a esfera ideológica **reaja por sua vez sobre elas**, ainda que sua influência seja secundária” (Marx;

Engels 1986b: 282-283. **Grifo nosso**). Falar em “influência secundária” não implica em hierarquizar a importância das esferas na determinação da dinâmica social, pois, elas se confundem na prática. No entanto, as construções culturais e político-ideológicas precisam ter, digamos assim, um campo de objetivação sob o qual atuam e que condiciona a concreticidade de sua existência, *do* seu estatuto de realidade; caso contrário, estaríamos no terreno da metafísica. Falar em estatuto de realidade não significa dizer que só é real aquilo que é perceptível aos sentidos, como no materialismo sensualista e, em última instância contraditoriamente idealista de Feuerbach. Para o materialismo histórico dialético, a política e a cultura possuem força material, social e histórica. Assim, os seres humanos elaboram significados sobre sua experiência, produzem as ideologias, culturas, bem como modificam esses elementos de acordo como vivenciam sua existência material em um intercâmbio multiplamente determinado. As elaborações e significados sobre o modo de vida podem ser transformados e contribuem para alterar a própria existência, mas, sempre tendo como base a questão primeira, colocada nos termos de “produção e reprodução da vida real” (Marx, 1980).

Isto não quer dizer que a economia ou o trabalho, como mediações para a produção social, não tenham seu papel de determinação. Os constrangimentos advindos da necessidade econômica, relacionados à realização da existência, tendem a atuar como determinação fundamental, mas não são necessariamente categorias centrais, *à priori*. Imperativos da necessidade econômica e imperativos ideológicos não estão no mesmo plano de determinação, têm eficiências distintas e desiguais, embora estejam no mesmo plano de importância para a análise e para a teoria social.

A categoria sobredeterminação, proposta por Althusser (1979), aponta um caminho que ajuda a avançar no desenvolvimento do problema teórico em questão. Althusser afirma que existem determinações principais e secundárias. Não que uma ou outra assumam o papel de secundária ou principal, a depender da situação. As determinações principais são *sobredeterminadas* por determinações secundárias. Mas, as principais tendem a se impor sempre como econômicas, situadas no campo das necessidades imperativas da produção da existência material e, as secundárias, atuam no terreno da experiência de classe dos agentes, ou em sua experiência social no processo histórico. Assim, por exemplo, podemos afirmar então que o determinante de classe não é exclusivamente o lugar na organização da produção econômica, ou que o exista uma categoria central (no caso, o trabalho) definida *à priori* e arbitrariamente. Outros determinantes (por exemplo: culturais, político-ideológicos) atuam sempre sobre a dimensão econômica ou sobre o trabalho, sobredeterminando-os, muitas vezes mudando-lhe a forma, contribuindo para constituir a determinação real mais total, a saber, *a produção e reprodução da vida real*, como enunciado por Engels. Teríamos, então,

determinações da chamada estrutura (que impõe-se somente em última instância, como necessidade) + (sobre)determinações da chamada superestrutura, o que resulta em múltiplas determinações e múltiplas contradições em um tipo de dialética que não está mais no terreno da contradição de dois pólos, contradição simples, característica da dialética hegeliana.

O processo de produção social da existência e do próprio homem (para usar uma expressão cara à tradição marxista que afirma o Trabalho como categoria central) é, então, um fenômeno sobre o qual atua um conjunto de mediações históricas – entendidas aqui como sobredeterminações – que atuam sobre determinações fundamentais dadas, imanentes ao próprio modo de produção como, por exemplo, no caso do capitalismo, mas não somente, sua característica estrutura de classes, a relação dos agentes com a propriedade privada dos meios de produção e a estrutura econômica da produção material. Estas mediações, entendidas como determinações principais, se impõe em última instancia como necessidade, mas outros aspectos que atuam sobre a determinação principal, são sobredeterminantes decisivos, como, por exemplo, a política, a cultura, as ideologias e o modo de vida.

Múltiplas determinações e conteúdos do trabalho

No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, expondo os resultados das pesquisas e reflexões a que tinha chegado, Marx fala do processo de produção social da vida, em cuja dinâmica as pessoas contraem determinadas relações necessárias, que correspondem a à forma como se apresenta desenvolvimento das forças produtivas materiais na sociedade. Essas relações são entrelaçadas por conteúdos ético-políticos e culturais que, mediadas pelo conflito político-ideológico, conformam o próprio desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, das potencialidades produtivas. Marx fala também em uma superestrutura que se ergue sobre a base material que, ao sabor da luta de classes, dá os contornos da vida social. O seu avanço em relação à sua consciência filosófica anterior (Marx & Engels, 1980) se dá quando incorpora na materialidade da produção social da existência as superestruturas como parte do processo, enriquecendo a noção de materialidade. Vale lembrar que no materialismo vulgar de Feuerbach, só teria esse estatuto àquilo que se revelava para os sentidos.

Na síntese operada por Marx, a chamada base material e a superestrutura são, portanto, indissociáveis como fenômenos materialmente determinados. Marx se apropriaria do princípio hegeliano da contradição e da negação-da-negação radicalizando-o e superando uma das aporias do pensamento de Hegel, pois, para este o espírito só constrói o saber quando foge ao seu contrário, a matéria. Como mediação, o sujeito de Hegel deve encarar as contradições da coisa e

convertê-las mais ricamente em conceito. Mas nesse ponto há uma contradição fundamental posta de lado no seu sistema. Ao mesmo tempo em que propõe que o espírito deva encarar o seu contrário para chegar ao conceito da coisa, Hegel afasta deliberadamente o “espírito” do que para ele é seu maior contrário: nesse caso, a materialidade. Soluciona assim a questão sem resolvê-la, revelando uma fragilidade importante ao se furtrar à possibilidade de se operar a síntese fundamental entre essas duas “naturezas” conflitantes com as quais o sujeito se depara.

Marx romperia com isto: para conhecer o real é necessário se aproximar o máximo possível da materialidade social de modo a reproduzi-la teoricamente de forma mais fiel. Não seriam nos sistemas teórico-filosóficos que estaria a explicação da história, mas na história mesmo e nas lutas que nela se desenrolam. Não se poderia então separar agora a “base material” do que é aparentemente o seu contrário, enquanto “substância” distinta, que são as “superestruturas”. Não haveria, por isto mesmo, possibilidade de elaboração de superestruturas pela sociedade a partir de condições materiais inexistentes ou, quanto a suas possibilidades, não imagináveis. Desse modo, como é possível entender a relação do que se convencionou chamar de “estrutura” e “superestrutura” ou a relação entre trabalho e educação? Em primeiro lugar a separação da base material e superestrutura é um falso problema, já que ambas, mesmo sendo distintas, formam um todo inseparável, mesmo que as modificações na base material tenham sido motivadas por alguma subjetivação anterior (o que em se tratando dos humanos é um padrão histórico), somente uma ação prática na realidade – ou uma interação com algo que já existe e que tende a determinar o que se subjetiva – tende a produzir uma representação, um significado cultural, uma legislação, um contorno “superestrutural” sobre essa ação. O que Marx quer dizer então com “base real sobre a qual se levanta” as superestruturas da sociedade? Com instrumentos técnicos, com determinação econômica, ou com materialidade social, onde entraria então o primeiro fato concreto com que as pessoas se deparam, que é satisfação de suas necessidades objetivas de sobrevivência? A “base real” é a *materialidade social* existente “independente da vontade humana”, e a ação humana sobre a mesma, criando o *ambiente social*, quando as pessoas começam a interagir com o meio para garantir, em um primeiro momento, sua sobrevivência física.

Em vários momentos da história as pessoas produziram seu espaço de vida através do trabalho social, criando também as representações e significados na interação com aquela materialidade. Essa construção superestrutural é mediada também pelo nível de compreensão que os agentes sociais elaboram sobre o meio, sobre as relações sociais, sobre as leis da natureza, sobre a história etc. Assim, os indivíduos podem explicar a história e os fenômenos naturais de forma mítica, como no Mundo Antigo, ou penetrar em seus “mistérios” conhecendo mais

aspectos de sua essência para modificar-lhes algumas bases e conservar outras, como na sociedade burguesa. Obviamente, a cultura, os costumes, a superestrutura estatal e a visão que se tem das relações de produção – me reporto agora ao momento atual – tendem a se alterar diante dessas formas diferenciadas de entendimento/ação sobre a “base material” e a história, o que nos leva a refletir, por seu turno, que isso depende de como essa forma de produção da vida é experimentada socialmente e de como ela é vinculada (Thompson, 1998). É nesse sentido que podemos entender por que o modo de produção da vida material tende a condicionar toda a vida social em geral, e porque como diria Gramsci, no industrialismo a hegemonia vem da fábrica, uma vez que a experiência de produção da vida é mediada pelos princípios e conteúdos tecnológicos, culturais e ético-políticos da moderna produção capitalista, que se espriam pelas mais diferentes dimensões da sociedade moderna. Com relação à análise desse movimento, é importante não perder de vista os fundamentos do pensamento gramsciano, de certa forma sintetizados na explicação da hegemonia do americanismo, o que tendo em vista a problemática aqui construída nos são caros.

A produção da vida social pelos grupos humanos não obedece, portanto, a um padrão natural como os dos outros animais, se altera conforme a dinâmica social e os conflitos que a explicam. Não há, portanto, linearidade e teleologia na história, esta é um campo de possibilidades abertas. Essa é também uma possibilidade aberta pelo método marxiano, uma vez que no pensamento anterior a Marx a história se encontrava submetida às “astúcias da razão”, uma espécie de trilho por onde andaria a locomotiva da história, algo que submetia os atos humanos a uma finalidade que transcende os conflitos sociais enquanto determinação do por vir, pois, estes também seriam explicados pela razão na história:

A razão torna-se imanente e se identifica com a realidade suprema: “a razão... isto é a substância, a força infinita, a matéria infinita de toda a vida natural ou espiritual e também a forma infinita, a realização de seu próprio conteúdo. Ela é a substância, isto é, aquilo pelo que e em que toda a realização encontra seu ser e sua consistência” [apud Hegel]. No caso, a dor o fracasso, as consciências infelizes, desaparecem em aspectos do pensamento e da realidade recorrem uns aos outros, numa transparência de que apenas o auto-engendramento é o pressuposto: “Ela é sua própria pressuposição e seu fim absoluto”. A filosofia da história revela a “aparência confusa” dos fatos. A tarefa do pensamento vem a ser a de mostrar em atuação o espírito do mundo. Esses trechos causam perplexidades: ora cremo-nos mergulhados em Santo Agostinho ou Bossuet, ora sentem-se ênfases plotinianas na vida do Uno, ora diríamos estar lendo uma obra mística. Mas Hegel tem consciência dessas ambigüidades e esclarece o tema: a razão governa o mundo (Védrine, 1997: 25).

O método de Marx tentaria por um fim a essa visão declarando o por vir como algo aberto. Assim Balibar vai dizer que

Marx recorreu cada vez menos a modelos de explicação preexistentes, e, cada vez mais, ele construiu uma racionalidade sem verdadeiro precedente. Essa racionalidade não é nem a mecânica, nem a da fisiologia ou da evolução biológica, nem a da teoria formal do conflito ou da estratégia, ainda que possa em tal ou qual momento utilizar essas referências. A luta de classes, na incessante mudança de suas condições e de suas formas, é em si mesma seu próprio modelo (Balibar *apud* Bensaïd, 1999: 101)

As únicas coisas certas são as possibilidades e o conflito. O resultado deste último é quem define o “vir-a-ser”.

Os agentes em conflito, constituídos ou se constituindo em classes, vão construindo e redefinindo o espaço social humano, alterando – não em sentido evolucionista, mas do movimento – a organização social da produção da vida. Esse não é um processo simples e leva tempo, o que não pode ser menosprezado mesmo quando chega ao nível de explosão revolucionária, quando se precipita mais rapidamente a mudança.

Mas as mudanças nas bases materiais não ocorrem paralelamente, ou na mesma velocidade das mudanças nos costumes, na cultura e na política. Como afirma Braudel (1992), as transformações nas mentalidades ocorrem mais lentamente. Além disso, pode ocorrer de conviverem várias temporalidades sociais distintas em uma mesma temporalidade física e cronológica: em meio à indústria moderna, que dita o ritmo da vida urbano-industrial, podemos ter o operário que fora do trabalho na fábrica cultiva a terra como meeiro, estabelecendo nesse momento uma relação social diferente com o tempo de trabalho; podem ainda coexistir de forma bem funcional, organizações do trabalho com cadeias de produção cujas atividades foram forjadas em meio ao conflito moderno entre capital e trabalho, nos marcos das democracias burguesas ocidentais, combinadas com sistemas paternalistas de produção em domicílio que utiliza mão-de-obra infantil, etc.

Modificadas as bases materiais mais estritamente ligadas à produção da vida pela interação e transformação da natureza pelo trabalho, pode vir a ocorrer o descompasso entre essas estratégias de modificação da natureza e os costumes, cultura e conformação político-ideológica mais ligadas às estratégias anteriores. Temos assim o que Marx denomina como choque entre as forças produtivas da sociedade com as relações de produção existentes, e mais do que isso, com a cultura e mesmo com os costumes no cotidiano. Esse fenômeno tende a entrar o movimento de reorganização da produção social da existência predominante

em determinado momento da história. Em maior ou menor grau todas as esferas da sociedade costumam ser alteradas nesse processo. Mas, esse movimento mais amplo tende a ser eclipsado, ou mais difícil de ser percebida em exames de processos produtivos estrito senso. Ao que parece, o limite teórico-metodológico está no fato de que a problemática, ao privilegiar demais a dimensão do processo de trabalho, tende a não relacioná-la do ponto de vista empírico e teórico com o que Marx coloca como toda a *superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social*, o que nos remete ao movimento mais total de reorganização da produção social da vida, que é determinado e sobredeterminado por “múltiplas categorias” em uma multiplicidade que não é construída a partir de uma chave heurística dada como central a priori (o trabalho). Movimento este protagonizada por agentes (classes sociais, indivíduos sociais, movimentos sociais, forças sociais etc.) que não possuem uma essência humana trans-histórica (o trabalho em sentido ontológico ou o trabalho como categoria central para a análise social), mas uma “essência” histórica que possui determinações e sobredeterminações. Assim, os conteúdos do trabalho também dizem respeito aos conteúdos ético-políticos e culturais que sobredeterminam a organização social da produção da existência.

A ideologia “organiza” de forma ampliada os conteúdos ético-políticos do trabalho não somente para o processo de produção estrito senso (o processo de trabalho), mas sobretudo para a produção ampliada do modo de vida que, por sua vez, no capitalismo, é mediada materialmente pela produção de mercadorias. As dimensões ético-políticas, mas também as técnico-científicas, tendem a extrapolar os limites do processo de trabalho.

Não concebemos então a relação trabalho/educação apenas como preparação para o processo de trabalho, mas nos marcos da formação ampliada do trabalhador coletivo, nos marcos da organização da produção social da existência. Como na *organização social da produção da existência* a separação entre as chamadas estruturas e superestruturas só podem ser realizadas em um nível mais abstrato – muitas vezes com fins didáticos – a formação humana que se pretende hegemônica precisa conformar o trabalhador coletivo de forma mais total, na dimensão estrutural e superestrutural do seu modo de vida e em sua própria sociabilidade.

Há então, como citamos acima, um entrelaçamento daquelas três dimensões articuladas e ao mesmo tempo distintas do processo: “superestrutura” político-ideológica, processos produtivos. Temos assim um fenômeno complexo *determinado pelas contradições fundamentais presentes na maneira capitalista de se organizar a produção social da vida* – e de formar o trabalhador coletivo – que, por ser social e por isso mesmo total, *pode sofrer*, por exemplo, *sobredeterminações da política, da cultura* em uma relação sintética. Neste sentido, no processo de produção social

da vida (este sim pode ser entendido como categoria central, caso se considere importante eleger inicialmente “centralidades”), pelo trabalho, pela política e pela cultura, podemos dizer qualquer uma destas três instâncias pode assumir, por exemplo, a centralidade, o que será determinado pela análise concreta da situação.

Bibliografia

- AMORIM, Henrique J. (2006). *Teoria social e reducionismo analítico*. Caxias do Sul: Educs.
- ALTHUSSER, Louis (1979). *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____ (1999). A querela do humanismo (1967). *Crítica Marxista*, n. 9, São Paulo.
- _____ (2002). A querela do humanismo (II). *Crítica Marxista*, n.14, São Paulo.
- _____ (1978). Sobre a evolução do jovem Marx. In: *Posições-1*. São Paulo: Graal.
- _____ (1968). *Pour Marx*. Paris: Maspero.
- BALIBAR, Étienne (1995). *A filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENSAÏD, Daniel (1999). *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BRAUDEL, Fernand (1992). *Escritos sobre a História*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2001). Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação. *Trabalho e Educação*, n. 9, Belo Horizonte.
- GIANOTI, José Arthur (1966). *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- HEGEL (1974). *A fenomenologia do espírito*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- LUCÁKS, György (1979). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas.
- FEUERBACH, Ludwig (1988). *A essência do cristianismo*. Campinas: Papirus.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza et al. (1992). *Trabalho e educação*. Coletânea CBE. Campinas: Papirus.

- MARX, Karl (1978). Cartas a Kugelman. In: *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1984). *O capital*. São Paulo: Abril Cultural. Livro I, Volume I. Tomo II.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1980). *A ideologia alemã* [Vol. I]. 4ª ed. Lisboa: Editorial Presença.
- _____ (1986). *Obras Escolhidas*. Vol. 3. São Paulo: Alfa-Ômega.
- SAVIANI, Dermeval (2007). *Trabalho e educação*: Fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, vol.12, n.34, Rio de Janeiro.
- THOMPSON, Edward Palmer (1998). *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras.
- VÉDRINE, Hélène (1977). *As filosofias da história*: decadência ou crise? Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- TSÉ-TUNG, Mao (1999). *Sobre a prática e sobre a contradição*. São Paulo: Edições Populares.